

EDITORIAL

Com o presente número, construído com o esmero e a responsabilidade que sempre procuramos dedicar à RBEUR, comunicamos aos nossos leitores e leitoras que encerramos nossa gestão à frente da Comissão Editorial da Revista. Nesses quase três anos de gestão, procuramos contribuir para a consolidação da RBEUR como um dos mais importantes periódicos científicos de sua área no país, e para a ampliação deste reconhecimento também entre acadêmicos ibero-americanos, o que pode ser constatado tanto pela diversidade institucional dos autores dos países vizinhos que nela publicam seus artigos quanto pelos indicadores bibliográficos alcançados.

O compromisso com a excelência editorial estimulou a Comissão Editorial também a intensificar esforços no sentido de adequar o periódico aos padrões correntes da editoração científica contemporânea, de modo a possibilitar o ingresso da RBEUR em bases de dados e coleções de periódicos que possibilitem a expansão da difusão dos artigos e da influência do debate científico que veicula. Os esforços realizados traduzem-se em diversos dados disponibilizados nos relatórios anuais da Revista no triênio 2014-2016, disponíveis na sua página eletrônica, e incluem diligências em diversas dimensões: desde ajustes de aspectos formais e mudanças de maior vulto em termos de periodicidade (de semestral para quadrimestral) a agilidade no fluxo de avaliação e publicação, passando pela revisão do regimento e elaboração de uma Política Editorial, pelo empenho para sua internacionalização, bem como pela distribuição regional equilibrada de membros do Conselho Editorial e de pareceristas colaboradores, sempre respeitando o parâmetro essencial da avaliação cega e por pares que fundamenta uma consistente editoria científica. Com isso, trabalhamos para ampliar a difusão no país e no exterior de um debate acadêmico de classe mundial por meio dos artigos publicados.

Para nossa satisfação, tal esforço conjunto tem sido reconhecido por nossos leitores, pela comunidade acadêmica da área, assim como pela direção da ANPUR, a quem registramos nossos agradecimentos. De um lado, continua expressivo o prestígio que a Revista goza entre os pesquisadores de sua própria área, apesar de não estar ainda indexada às coleções SciELO ou SCOPUS. Por outro lado, todas as adequações necessárias para submeter a candidatura da RBEUR a estas coleções foram concluídas, o que permitiu a concretização da submissão à coleção SciELO, assim como a recente aprovação de nosso pleito para integrar a coleção REDALYC, entre outras indexações obtidas nos últimos 12 meses, como podem observar nossos leitores na página da Revista. Compartilhamos, assim, uma evolução que prepara a RBEUR para o enfrentamento de novos desafios em direção à constante elevação de sua alta qualidade editorial, expressa no presente número, que temos a satisfação de apresentar a seguir.

Os três primeiros artigos oferecem, sob olhares diferentes, análises sobre o espaço público. Tomando como objeto empírico de investigação praças e ruas de cidades brasileiras – Serra, João Pessoa e Belo Horizonte –, os autores revelam os seus diferentes significados, factíveis de serem sintetizados como espaço do medo, espaço comunicativo e espaço da contestação, respectivamente.

No primeiro deles, “Em busca de novos caminhos metodológicos: percepção e experiência nos espaços públicos urbanos contemporâneos por idosos da cidade de João Pessoa”, **Marcela Dimenstein** e **Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia** contestam as ideias pessimistas sobre a condição contemporânea da perda da corporeidade nos espaços públicos. Em suas linhas centrais, por meio do artigo apresentado, as autoras consideram a possibilidade de estimular e fortalecer a escala comunicativa desses espaços. Os argumentos utilizados para fundamentar semelhante refutação emergiram das suas reflexões vinculadas à construção metodológica de uma pesquisa que envolveu um grupo de idosos usuários dos espaços públicos do centro da cidade de João Pessoa. O objetivo foi investigar como eles experienciam e representam esse centro. Tais reflexões as obrigaram a recriar modos de aproximação, isto é, de abordagem com esse grupo, o que permitiu concluir que – embora essa porção territorial urbana de João Pessoa tenha conhecido transformações, convertendo-se num importante

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n3p411>

setor comercial e de serviços –, a população idosa o utiliza como lugar de lazer, de moradia e de trabalho. Sendo assim, esse segmento populacional configura-se como ator, capaz de legitimar a área enquanto local da cultura, memória e afetos.

O artigo de **Cláudia Emperatriz Díaz Garcia e Milton Esteves Junior**, “Violencia urbana e inseguridad en espacios de vida colectiva”, introduz um contraponto ao artigo anterior, ao nos convidar a refletir sobre a violência urbana e a insegurança nos espaços de vida coletiva que afetam profundamente a existência humana nas cidades brasileiras contemporâneas. Trata-se de problemas indissociáveis que, ao gerar medo nos cidadãos, limitam a convivência dos diferentes grupos nos espaços públicos e, ao mesmo tempo, segregam a espacialidade coletiva. Para mostrar a conduta dos indivíduos em um espaço urbano específico, a autora escolheu a *Praça dos Ipês*, situada no município de Serra (Região Metropolitana da Grande Vitória), considerado como o mais violento do estado do Espírito Santo e situado entre os mais violentos do Brasil. Após a utilização de vários procedimentos investigativos, como análise de fluxos, questionários e entrevistas livres com membros de diferentes segmentos sociais que frequentam a Praça, os autores concluem que a convivência entre os diversos segmentos é limitada à conta do receio dos indivíduos de ter contato com outros grupos sociais. Mais ainda, Díaz García e Esteves Junior arrematam o texto afirmando que, sendo o espaço público reflexo da cidade – uma vez que a maioria dos seus conflitos nele se expressa e se desenvolve –, é nesse espaço onde se criam medos, angústias e inconformidades.

O texto de **Carlos Eduardo Frankiw de Andrade**, intitulado “Resistir, festejar: Tico Tico Serra Copo, ação direta e apropriação do espaço no carnaval contemporâneo de Belo Horizonte”, por sua vez, centra-se na dimensão política do espaço público, resgatando-a por meio da interpretação da retomada do carnaval belo-horizontino, mais especificamente da investigação dos sentidos de um de seus atores, o bloco carnavalesco intitulado *Tico Tico Serra Copo*, fundado em 2009. Estudando os desfiles desse bloco e as falas de seus articuladores e foliões desde então, a intenção de Andrade foi caracterizar suas manifestações enquanto práticas de *apropriação do espaço*, que se assemelham a práticas de *ação direta* ao se revelarem como instrumento de atuação política com vista à contestação e, em extensão, à transformação. Tal caracterização fundamentou-se na singularidade desse bloco. Ao ser itinerante, a sua proposta é adentrar as periferias dessa cidade, interagindo com as comunidades para, assim, desvelar “a existência de tantas outras cidades no espaço urbano da capital mineira” (p. 471) e, ao mesmo tempo, revelar práticas de solidariedade por parte daqueles que persistem em alterar a realidade dessa capital.

Identidade e lugar são os dois conceitos trabalhados por **Helenilda Wanderlei de Vasconcelos Cavalcanti e Breno Bittencourt Santos**, conceitos largamente explorados nos estudos sobre os processos de construção, significação e valoração das identidades dos lugares. Assim, à primeira vista, o artigo escrito por esses autores, “Processos de configuração identitária com o lugar: a experiência de residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, Pernambuco, Brasil”, seria mais um entre muitos. Todavia, cumpre anotar que a maioria das análises realizadas adotam a orientação metodológica de natureza qualitativa. Afinal, tais processos são essencialmente de caráter intersubjetivo. Embora registrando a concordância com essa orientação, Cavalcanti e Santos defendem e mostram – por meio do estudo sobre o processo de construção identitária com o lugar dos moradores dos municípios pernambucanos de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca – que, nos casos investigados, as interpretações intersubjetivas podem, sim, apoiar-se na utilização de métodos quantitativos. Eles adotam, portanto, “uma perspectiva contra hegemônica”. Apoiados numa amostra não probabilística de 786 residentes, proveniente de pesquisa anterior, e no arcabouço conceitual que fundamentou a compreensão de lugar e de pertencimento, os autores constroem e ajustam ao longo do trabalho um procedimento de análise estatística com base em variáveis referentes à identidade com o lugar – *deseja sair do município, lugar onde vota e lugar onde enterra os mortos*. Adicionalmente, compõem o índice de identidade, por meio de atribuição de pesos às respostas que evidenciam o sentimento de pertencimento ao lugar em que vivem esses moradores. Pode-se dizer que a estratégia metodológica adotada pelos autores não só mobiliza satisfatoriamente expressiva quantidade de dados como propicia inspiração para futuros estudos nesta temática nas Ciências Humanas e Sociais, sabendo-se que novas ferramentas de análise baseadas

em inteligência artificial e redes neurais capazes de processar grandes bases de dados não tardarão a expandir as fronteiras da análise nestas áreas de conhecimento, o que tem levado à emergência da assim chamada Humanidades Digitais. A RBEUR está atenta e aberta a análises elaboradas a partir destas ferramentas.

Os dois artigos que vêm na sequência tratam da permanentemente atual questão dos conflitos e contradições inerentes ao processo de produção de valor no capitalismo por meio da apropriação e transformação do espaço urbano. O primeiro deles, “Reinventing Rio de Janeiro’s old port: territorial stigmatization, symbolic re-signification, and planned repopulation in Porto Maravilha”, de **Anne-Marie Broudehoux** e **João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro**, conduz o leitor à sempre atual questão do “redesenvolvimento” de áreas degradadas com fins de valorização imobiliária, mais especificamente a área portuária da cidade do Rio de Janeiro. Baseado em pesquisa de longa duração, entre 2009 e 2016, os autores utilizam enfoque multidisciplinar, associando elementos de Etnografia e Geografia Humana Crítica, para analisar o extenso e variado material coletado em diversas fontes. Tal esforço lhes permitiu defender o argumento de que o sucesso da valorização imobiliária daquela área da cidade, em benefício de seus promotores, depende de uma “desestigmatização territorial” que viabilizaria a substituição da antiga população residente – historicamente negra e pobre, composta por trabalhadores e conhecida por sua riqueza cultural e forte ativismo – por outra população, branca, cosmopolita e elitista, com visão consumista e individualista da cultura. Contrapondo o material empírico a consistente contexto teórico, os autores procuram demonstrar um aspecto pouco ressaltado em estudos desta temática: a compreensão de que a cultura se converte simultaneamente em instrumento de gentrificação por parte dos agentes imobiliários e em munição de resistência contra a invisibilização e apagamento simbólico de grupos sociais.

O artigo seguinte, “A produção capitalista do espaço e a gestão empresarial da política urbana: o caso da PBH Ativos S/A”, enfrenta a questão da produção capitalista do espaço desde uma perspectiva bastante atual, nestes tempos duros para a resistência de forças populares contra o redobrado apetite do poder econômico, seja com relação à subtração de direitos de cidadania, seja pela apropriação de territórios na cidade e no campo: as “inovações” institucionais implementadas pelo poder público municipal, de modo a facilitar o processo de valorização imobiliária, associadas ao pragmatismo característico do neoliberalismo contemporâneo. Para **Thiago Canettieri**, autor do artigo, a missão da PBH Ativos S/A, empresa criada pela gestão do “socialista” Márcio Lacerda em Belo Horizonte, não tem sido a de promover a “articulação e operacionalização de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social do Município” (p. 515), como expresso formalmente. Ao invés disso, a empresa estaria viabilizando “concretamente, em sua operacionalização, a transferência de vultosas quantias de patrimônio público dos cofres do município para a PBH Ativos” (p. 515), para serem utilizados como garantia às PPPs (Parcerias Público-Privadas) destinadas a obras de infraestrutura e construções para abrigar serviços públicos (escolas, hospitais, etc.), na totalidade das quais a PBH Ativos deve necessariamente constar. A leitura do texto de Canettieri permite supor que a já conhecida interferência direta das forças do mercado imobiliário na política urbana está ganhando uma configuração nova e radical em Belo Horizonte, à medida que subordina a política urbana municipal aos lucros financeiros da empresa, submetendo a cidade ao processo de financeirização, com impactos não triviais sobre o orçamento público. Cabe ao leitor conferir e eventualmente questionar o avanço de tal modelo em direção a outras cidades brasileiras, especialmente aquelas onde governantes “socialistas” encontram solo rentista fértil, como o Recife, por exemplo.

O próximo artigo eleva a escala da questão da produção capitalista do espaço ao abordar as disparidades regionais, outro tema igualmente caro ao debate veiculado pela RBEUR, tomando como objeto empírico o território paranaense. Assinado por **Carin Caroline Deda** e **Samira Kauchakje**, o argumento central de “Sistema político multinível no Brasil: uma análise da relação entre transferências intergovernamentais e redução das desigualdades territoriais no Estado do Paraná” consiste na defesa da “importância da aplicação de mecanismos de coordenação das ações entre os diversos níveis de governo para a efetiva viabilização do processo de redução das desigualdades intermunicipais” (p. 530). A análise que levou a tal argumento partiu do questionamento dos efeitos das transferências intergovernamentais como política fiscal federativa para redução de disparidades regionais, tendo em vista que tal política, sem exigência de contrapartida em termos de uso eficiente dos recursos, pode não alcançar seus objetivos

e acentuar o grau de dependência dos municípios pelas referidas transferências. Fundamentando-se em cuidadosa reflexão de inspiração na Ciência Política acerca dos desafios do sistema político federativo, a análise apreciou dados do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 349 municípios paranaenses, no período compreendido entre 2002 e 2013, processados em modelo econométrico de regressão. Entre outros aspectos ressaltados pelas autoras, chama a atenção a observação de que é expressivo o grau de dependência dos municípios paranaenses por transferências governamentais. Sendo assim, sem os contrapesos necessários à adequada gestão multiescalar da política fiscal, tais transferências podem estar liberando os gestores municipais da necessidade de ampliar a base tributária local, mesmo em um estado nacionalmente reconhecido por sua tradição de planejamento regional, como é o Paraná, o que adiciona importância ao sempre adiado debate sobre uma efetiva reforma fiscal no país.

Fechando o número, o leitor se defronta com o artigo “Emancipatory economic deglobalisation: a Polanyian perspective”, de **Andreas Novy**, cuja temática não apenas eleva para a escala global o debate sobre a produção capitalista do espaço, como não poderia ser mais atual. Diante da persistente crise que vem abatendo a economia mundo já há cerca de uma década desde o colapso do Banco Lehman Brothers, sucedido por inúmeros episódios marcantes que vêm sacudindo sociedades e economias as mais diversas, incluindo o crescimento da direita radical na Europa, o Brexit na Inglaterra e a eleição do Presidente Trump nos Estados Unidos, assim como a deposição da Presidenta Dilma Rousseff no Brasil, começa a despertar a atenção de estudiosos a constituição de um eventual processo de desglobalização. Nesse contexto, Novy oferece uma inusitada contribuição ao debate ao propor a superação da oposição, ao seu ver, maniqueísta entre globalistas cosmopolistas e nacionalistas reacionários. Baseando-se em três interpretações distintas e complementares que faz da obra do pensador austríaco Karl Polanyi, o autor retoma a ideia deste acerca da “boa vida para todos” para formular uma crítica à globalização neoliberal em curso, compreendida como uma versão atualizada da “utopia liberal” de Hayek. Lembrando que ambos os pensadores são contemporâneos da experiência conhecida como Viena Vermelha, esta é tomada por Novy como inspiração para a compreensão dos confrontos, amplificados pela globalização, que se verificam atualmente em todo o mundo, e especialmente no Brasil, onde as tentativas reformistas de civilizar o capitalismo foram reprimidas por severa coalizção de forças internas e exógenas ao país.

Diante da extensão e velocidade do retrocesso que as forças reacionárias instaladas no atual governo federal vêm impondo ao processo civilizatório inaugurado no Brasil com a Constituição de 1988, com profundos ataques aos direitos de trabalhadores e minorias e à soberania nacional, estimamos que o presente número estimule a construção de interpretações críticas sobre a relação entre este retrocesso no Brasil e o processo de desglobalização apontado por Novy, assim como a reconfiguração em curso da produção capitalista do espaço, de modo a propiciar o avanço do debate científico e inspiração para movimentos de resistência efetiva em favor da vida mais sustentável e menos desigual no campo e nas cidades brasileiras. Com este propósito em mente, e com a sensação do dever cumprido, nos despedimos aqui como Editoras Responsável e Assistente e Secretário Executivo da RBEUR, desejando que a próxima Comissão Editorial conquiste novos patamares no processo de consolidação da Revista e alcance testemunhar o retorno do país ao seu destino de nação soberana, justa e sustentável.

Ana Cristina Fernandes

Editora Responsável RBEUR – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, PE, Brasil

Norma Lacerda

Editora Assistente RBEUR – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, PE, Brasil

Tiago Cargnin Gonçalves

Secretário Executivo RBEUR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Afogados da Ingazeira, PE, Brasil